

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO | Estabilidade e remuneração de R\$7.741 (técnico) e R\$19.655 (auditor) são os atrativos

CGU: edital em breve. 2º e 3º graus

Concurso terá oferta de 375 vagas imediatas. Organizadora deverá ser anunciada nos próximos dias

A Controladoria Geral da União (CGU) corre contra o tempo para divulgar, ainda este ano, o edital do concurso para 375 vagas, sendo 75 de técnico federal de finanças e controle, de nível médio, e 300 de auditor federal de finanças e controle, de nível superior. Em função disso, a expectativa é de que, nas próximas semanas, possa ser anunciada a organizadora da seleção, bem como as cidades de lotação.

A CGU ainda não elaborou um cronograma do certame. No entanto, em cumprimento ao Decreto no 9.739/19, que regulamenta os concursos do Poder Executivo federal, haverá um intervalo de quatro meses entre a divulgação do edital e a aplicação das provas. Se a abertura da seleção acontecer, por exemplo, em novembro, as avaliações são aplicadas somente a partir de março.

O concurso da CGU está atraindo o interesse de milhares de pessoas de todo o país, em função da estabilidade (contratações ocorrerão pelo regime estatutário) e pelas atrativas remunerações. Atualmente, os valores são de R\$7.741,31, para técnico, e de R\$19.655,06, para auditor, já incluindo R\$458 de auxílio-alimentação.

A necessidade de pessoal é grande. Hoje, a CGU conta apenas com 200 técnicos e 1.400 auditores na ativa, porém o quantitativo considerado ideal é de 5 mil servidores, conforme estabelece o Decreto 4.321/2002, que fixa o quadro de pessoal da instituição.

O presidente Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Bráulio Cerqueira, afirmou ainda que o atual efetivo corresponde ao mesmo quantitativo de 2003. "De lá para cá a população brasileira cresceu 16% enquanto o gasto real primário do governo federal aumentou 130%. Ou seja, hoje cada auditor e técnico fiscaliza e audita mais do que o dobro de recursos públicos do que em 2003."

Embora o prejuízo financeiro advindo da defasagem de pessoal seja enorme, o presidente da Unacon diz que não é possível prescindir dele. No entanto, de forma especulativa, exemplificou que o Brasil deixaria de perder muito dinheiro caso o efetivo voltasse ao patamar de 2009, quando havia 2.625 servidores na ativa.

"Se, por simplificação, assumirmos que R\$1 de investimento na CGU signifique um retorno de R\$10 aos cofres públicos, se a reposição de pessoal nos levasse de volta ao quantitativo de 2009 o governo federal estaria recuperando cerca de R\$ 2 bilhões a mais por ano graças às ações da CGU."

O último concurso da CGU foi realizado em 2012, para 250 vagas de analista de finanças e controle, que é o atual auditor de finanças e controle. A maior parte das vagas foi para o Distrito Federal. No entanto, houve também oportunidades para o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Os candidatos foram avaliados por meio de provas objetivas, discursiva, sindicância de vida pregressa e curso de formação.

Em 2008, a CGU abriu concurso para as duas carreiras. Os candidatos fizeram provas objetivas de conhecimentos gerais e específicos.

REMUNERAÇÃO | Ganhos de até R\$19.655

CVM: concurso para 121 vagas. 2º e 3º graus

Também no âmbito do Ministério da Fazenda, quem aguarda autorização do governo federal para abrir concurso é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A autarquia solicitou sinal verde para preencher 121 vagas, sendo 49 para agente executivo (nível médio; R\$7.647,98), 24 para inspetor e 48 para analista (ambos de nível superior e com remuneração de R\$19.655,06).

É possível que até o final deste mês se tenha uma ideia se o concurso será ou não autorizado pelo Ministério da Economia. Isso porque, até o próximo dia 31, seguirá para o Congresso Nacional a Proposta de Lei Orçamentária para 2022 (Ploa 2022).

A Ploa costuma informar quais os órgãos que têm previsão de abertura de concursos, pois, via de regra, a proposta específica para quais instituições há estimativa de arrecadação com taxas de inscrição de certames.

Se a CVM estiver nesta relação, é um indicativo muito forte de que o concurso será autorizado pelo Ministério da Economia. A autarquia vem sofrendo com a grande carência de pessoal e o crescente número de aposentadorias.

Por lei, a instituição poderia ter 588 servidores nas carreiras de agente executivo, analista inspetor, mas possui 421. A tendência é esse quantitativo reduzir ainda mais, tendo em vista quesó em 2020 foram registrados 44 pedidos de aposentadoria. A falta de pessoal vem prejudicando, sobretudo, o trabalho de fiscalização do mercado de capitais.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da CVM (SindCVM), Hertz Leal, os servidores estão sobrecarregados, o que pode comprometer a qualidade do trabalho. "O resultado (da carência de pessoal) é que a CVM pode acabar falhando pontualmente na regulação e fiscalização do mercado de capitais, apesar de todo o esforço e comprometimento de seu corpo funcional. A consequência é o possível aumento de fraudes, o que causaria sérios prejuízos à economia nacional. O papel de 'xerife do mercado' atribuído à autarquia precisa ser muito bem desempenhado porque é o que dá confiança aos investidores e faz girar a economia, garantindo a saúde financeira das empresas e a geração de empregos."

O último concurso da CVM teve a organização da Esaf. Na época, foram oferecidas 150 vagas para as carreiras de agente executivo, inspetor e analista, sendo 132 para o Rio de Janeiro (sede da autarquia) e 18 para São Paulo.

Os candidatos foram avaliados por meio de provas objetivas e de redação. Especificamente para agente executivo, cargo que atraiu 16.838 candidatos de um total de 30.873 inscritos, foram cobradas 90 questões, distribuídas pelas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (15), Conhecimentos Contemporâneos (20), Estrutura do Mercado de Valores Mobiliários (15), Conhecimentos Básicos de Administração (20) e Administração Pública (20).

Daniel Lara fala sobre o trabalho na Controladoria e da necessidade de pessoal

Por exigir apenas o nível médio e oferecer remuneração inicial de R\$7.741,31, o cargo de técnico de controle interno da Controladoria Geral da União (CGU) deverá atrair a concorrência de milhares de candidatos em todo o país no próximo concurso CGU, cujo edital deverá sair muito em breve.

Para falar sobre o trabalho na CGU e as atribuições da carreira, FOLHA DIRIGIDA entrevistou Daniel Lara, que atualmente é vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon).

Daniel Lara, que ingressou como técnico em 1995, é um exemplo de que a CGU valoriza os seus servidores. Ao longo de sua trajetória de mais de 26 anos, ele já ocupou diversos cargos de destaque na estrutura da Controladoria. "A CGU valoriza muito seus servidores e, sempre que possível, estes assumem cargos na estrutura, sendo raro servidores externos assumirem cargos na CGU", disse.

Na entrevista, que pode ser vista abaixo, Daniel Lara conta também como foi sua rotina de estudos quando prestou concurso para a CGU e fala sobre a importância da nova seleção que está para ser aberta e de como a falta de pessoal vem prejudicando o bom funcionamento do órgão.

FOLHA DIRIGIDA - VOCÊ INGRESSOU COMO TÉCNICO DA CGU POR MEIO DO CONCURSO DE QUAL ANO? FOI CHAMADO DE IMEDIATO? PASSOU EM QUAL COLOCAÇÃO? ONDE FOI LOTADO? O QUE FAZIA ANTES DE TRABALHAR NA CGU?

Daniel Lara - Ingressei no concurso da carreira em janeiro de 1995. Tinha 19 anos na época. Naquele tempo, éramos comunicados sobre a aprovação por meio de telegrama. Foram 15 mil inscritos para 300 vagas. Fui aprovado e classificado em 325. Como houve a desistência de 26 pessoas, fui chamado para fazer o curso de formação.

COMO FOI A SUA PREPARAÇÃO À ÉPOCA? CONTE UM POUCO SOBRE A SUA ROTINA DE ESTUDOS?

Antes de entrar na carreira de finança de controle (da CGU), era universitário e estava no primeiro semestre de graduação, além de trabalhar como vendedor numa loja de roupas. Fiz três meses de cursinho preparatório, pois vinha em um ritmo muito bom de estudos para o vestibular. Eu ia para Asa Sul para assistir às aulas. Acordava às 5h para pegar ônibus e conseguir chegar às 7h no cursinho. Voltava às 13h para casa para almoçar e, às 14h30, 15h, eu já estava na biblioteca para estudar as matérias dadas no dia. Saía da biblioteca às 18h, para ir a casa tomar um banho e jantar, para à biblioteca às 20h e estudar até as 22 horas. Assim foram três meses de estudos.

O QUE MUDOU NA SUA VIDA APÓS INGRESSAR NA CGU?

Após ingresso na carreira tudo mudou. Estar em uma rotina de serviço público, em um mundo até então desconhecido para mim, um jovem de 19 anos, transformou minha vida. Lembro bem de detalhes da minha chegada na Ciset/MT, que era uma das unidades da carreira de finanças e controle. Esta carreira pertencia aos quadros do Ministério da Fazenda, à época. Quando cheguei a este setor, ainda existiam máquinas de datilografia, que foram, em poucos meses, sendo substituídas pelos primeiros 386, computadores que estavam começando a chegar no serviço público, isso no ano de 1995.

A CGU JÁ ANUNCIOU UM NOVO CONCURSO PARA TÉCNICO E ANALISTA. COMO VOCÊ AVALIA A IMPORTÂNCIA DESSA SELEÇÃO? A CARÊNCIA DE PESSOAL VEM SOBRECARRREGANDO BASTANTE O TRABALHO DOS ATUAIS SERVIDORES?

Em época de restrição de gastos, onde erroneamente entende-se que contratar servidor público é um gasto e não um investimento, basta perceber o retorno direto e indireto para a sociedade que aquela carreira e aquele órgão retornam. No caso da CGU, com a recuperação de dinheiro desviado, por meio de acordos de leniência, esses valores ficam claros. Por isso, qualquer concurso é positivo. No entanto, quando se analisa o tempo sem concurso e a carência de servidores no órgão, que é superior a 4 mil servidores, percebe-se que 375 novos técnicos não vão revolver o problema de falta de pessoal e sobrecarga de trabalho, provocando cancelamento de ações da CGU.

CONTE UM POUCO SOBRE O DIA A DIA DE UM TÉCNICO DA CGU? QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DESEMPENHADAS POR ESTE SERVIDOR?

No início, de 1995 até 2000, o trabalho era tranquilo, e quem ensinava eram os próprios colegas. Durante este período, sendo muito organizado, consegui comprar um carro usado e estabilizar minha vida financeira. Em 2000, inicia-se o processo de criação da atual Controladoria Geral da União (CGU). Em 2000, foi criada a Corregedoria Geral da União e, em 2003, mudada sua denominação para CGU. Com isso, mudamos do ministério para um órgão central (atual local da sede da CGU). As rotinas do trabalho na CGU incluem análise de documentos, busca em sistemas restritos da PF e Receita Federal, entre outros, e de análise de informações sobre as investigações realizadas no âmbito das secretarias da Casa. Em cada uma delas, exige-se uma rotina específica, sendo tanto a auditoria, corregedoria, ouvidoria ou integridade. Em suma, buscamos informações para produção de relatórios das investigações que ocorrem. Algumas vezes, participamos de operações especiais que são ações em conjunto com a PF, para a busca em campo de documentos e aparelhos que possam auxiliar na investigação.

NA SUA VISÃO, PARA TRABALHAR COMO TÉCNICO DA CGU PRECISA TER ALGUM PERFIL ESPECÍFICO?

Não se exige um perfil específico para o trabalho e, com o tempo e com as formações que o órgão oferece, você se especializa cada vez mais. Por ser uma carreira de estado e realizar um trabalho tão específico e com nível alto de exigência técnica, os produtos deste trabalho realizado pela CGU têm profundo e direto impacto na sociedade. Isso, por si, já traz uma sensação de satisfação pessoal e realização íntima, pois observamos os resultados do trabalho que fazemos.

A ESTRUTURA DE TRABALHO É ADEQUADA?

Infelizmente, a estrutura é inadequada e pouco se investe na melhoria, apesar de que cada vez mais a CGU retorna, diretamente ao cofre da União, recursos que haviam sido desviados por ações de corrupção, na ordem de milhões de reais.

A CARGA DE TRABALHO É DE 40 HORAS SEMANAIS. COMO ELA É CUMPRIDA? EXISTE ALGUM TIPO DE FLEXIBILIDADE?

A carga horária é de 40 horas semanais e atualmente a maioria da força de trabalho executa essa carga por meio de home office.



Daniel Lara: "A CGU exige e investe muito na formação do seu quadro, mantendo assim uma excelência técnica dos seus profissionais"

A CGU INVESTE NA CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SEUS SERVIDORES?

A CGU exige e investe muito na formação do seu quadro, mantendo assim uma excelência técnica dos seus profissionais.

O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS TÉCNICOS É ATRATIVO? A CGU COSTUMA VALORIZAR A PRATA DA CASA E UTILIZAR OS SERVIDORES CONCURSADOS EM CARGOS DE CHEFIA E COMISSÃO?

O atual plano de cargos é atrativo para atrair novos servidores. A CGU valoriza muito seus servidores e, sempre que possível, estes assumem cargos na estrutura, sendo raro servidores externos assumirem cargos na CGU.

CONTE UM POUCO DA SUA TRAJETÓRIA NA CGU?

De 2000 a 2013, atuei em uma coordenação de auditoria ligada ao meio ambiente, onde acompanhávamos os órgãos ambientais do Executivo federal (Ibama, ICMBio etc) e propúnhamos melhorias. Em 2013, eu saí do órgão central e sou lotado numa assessoria especial de controle interno, no extinto ministério da Cultura. Em 2014, sou nomeado para ser assessor técnico da Corregedoria do Ministério da Integração Nacional. Em 2017, assumo como corregedor desta corregedoria. Em 2019, com a extinção do Ministério da Integração Nacional e a formação do Ministério do Desenvolvimento Regional, assumo como corregedor deste ministério, até julho de 2021. Atualmente, sou assessor do Presidente da Dataprev para assuntos de integridade.

QUAL MENSAGEM PODE DEIXAR PARA AQUELES QUE VÃO PARTICIPAR DO PRÓXIMO CONCURSO DA CGU?

Para aqueles que pretendem fazer o concurso, esperem um órgão muito especializado e com profissionais muito engajados na missão da instituição. Apesar de em termos de estrutura ter muito o que melhorar, a CGU certamente tem e terá um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade brasileira.

NÍVEL SUPERIOR | Receita Federal quer abrir concurso para analista e auditor

Receita mantém expectativa de autorização muito em breve

O novo concurso da Receita Federal, para as carreiras de analista-tributário e auditor-fiscal, pode estar mais próximo do que se imagina. O coordenador geral de Tecnologia e Segurança da Informação da Receita, Juliano Brito da Justa Neves, disse que é possível que a seleção seja autorizada ainda este ano, com as provas acontecendo, inclusive, em 2021.

A declaração foi dada aos diretores do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) Levindo Siqueira Jorge e Leandro Pereira de Oliveira, que estiveram reunidos com Juliano Brito no último dia 13.

Segundo Julian Neves, após a notícia de que as previsões de autorização do concurso e nomeações tinham sido adiadas, o sentimento era de que não haveria mais tempo hábil e possibilidade para a autorização sair este ano. No entanto, ele foi atrás de informações e viu que o caso ainda é viável. No entanto, as nomeações dos aprovados é que ficarão para 2022.

Havia uma previsão de divulgação do edital em setembro, mas não se sabe se isso poderá acontecer, tendo em vista que o concurso ainda precisa ser autorizado pelo Ministério da Economia. Por outro lado, sabe-se que a Receita Federal já está em contato com as bancas organizadoras, o que pode fazer com que o documento seja liberado mais rápido do que se imagina.

Para que as provas objetivas



Receita Federal tem grande déficit de analistas-tributários e auditores-fiscais

possam ser aplicadas ainda este ano, o Ministério da Economia precisaria diminuir o intervalo entre a divulgação do edital e a realização dos exames. Hoje, de acordo com o Decreto 9.739/19, esse prazo é de quatro meses. No entanto, a Receita tem pleiteado a redução para apenas dois.

REMUNERAÇÕES DE R\$12.142 E R\$21.487

Ainda não se sabe o quantitativo que deverá ser autorizado pelo Ministério da Economia, mas especula-se que a oferta possa ficar entre 699 a 800 vagas para analista-tributário e auditor-fiscal, carreiras que exigem nível superior em qualquer área e têm remunerações de R\$12.142,39 e R\$21.487,09, res-

pectivamente, já incluindo R\$458 de auxílio-alimentação.

A Receita Federal realizou seus últimos concursos em 2012 e 2014. A seleção de 2012 foi para analista-tributário. A prova objetiva foi composta por 135 questões, sendo 75 de Conhecimentos Básicos (20 de Português, dez de Inglês ou Espanhol, dez de Raciocínio Lógico-Quantitativo e 25 de Direito Constitucional e Direito Administrativo) e 60 de Conhecimentos Específicos (20 de Direito Tributário, dez de Contabilidade Geral e 30 de Legislação Tributária e Aduaneira).

Quem optou pela área/especialidade de Informática, as 30 questões de Legislação Tributária e Aduaneira foram substituídas por 30 de Informática. Os

candidatos também passaram por avaliação dissertativa e a uma etapa de sindicância devida pregressa.

Já o concurso de 2014 foi para a carreira de auditor-fiscal. Na época, a prova objetiva contou com 140 questões, sendo 70 de Conhecimentos Gerais (20 de Língua Portuguesa, dez de Inglês ou Espanhol, dez de Raciocínio Lógico-Quantitativo, dez de Administração Geral e Pública, dez de Direito Constitucional e dez de Direito Administrativo) e 70 de Conhecimentos Específicos (15 de Direito Tributário, dez de auditoria, 20 de Contabilidade Geral e Avançada, dez de Legislação Tributária e 15 de Comércio Internacional e Legislação Aduaneira). Além disso, os candidatos também fizeram uma prova discursiva e passaram por sindicância de vida pregressa.

A organizadora responsável pelos dois concursos foi a Esaf, mas a banca não ficará mais à frente dos concursos da Receita Federal. Isso porque resolução do Comitê Estratégico de Governança da Fazenda (CEG), publicada em agosto do ano passado, determina que a Esaf seja responsável apenas pela contratação e fiscalização de bancas organizadoras para as primeiras etapas dos concursos para órgãos fazendários, não se responsabilizando mais pelas provas objetiva e discursiva. Apesar disso, até que o novo edital seja divulgado, os futuros candidatos devem se basear no edital anterior.